

Assunto

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL N.º 01 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90006/2025 - TRE BA - 05.08.2025 as 9h (horário de Brasília/DF)

De potencial@potencialltda.com.br <potencial@potencialltda.com.br>

Para cmlima@tre-ba.jus.br <cmlima@tre-ba.jus.br>

Cc 'Leonardo' <manuteletrica@potencialltda.com.br>, 'Hugo Barros' <hugobarros@potencialltda.com.br>

Data sexta-feira 1 de agosto de 2025 15:35:47

ILMO AGENTE DE CONTRATAÇÃO SR(A). CRISTIANA MARIA PAZ LIMA SOARES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA - COM REFERÊNCIA AO PROCESSO (SEI) N.º 0027585-02.2024.6.05.8000 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90006/2025

POTENCIAL ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Castro Neves, 359, Matatu, nesta Capital, pôr um de seus representantes legais com Lei n.º 14.133/2021, Lei Complementar n.º 123/2006, pelo Decreto n.º 8.538/2015, pela Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022, Instrução Normativa/MPOG n.º 03/2018, demais legislação aplicável e, ainda, pelas condições constantes neste Edital, conforme SEÇÃO XVIII (fl. 31/246) **DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**, vem em tempo hábil, perante V. Exa., interpor o presente **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO N.º 01** ao presente certame, tudo conforme adiante segue, rogando, desde já, seja a presente dirigida à autoridade que lhe for imediatamente superior, caso V. Exa., não se convença das razões abaixo formuladas.

Objeto: serviços de manutenção preventiva (visita periódica), preditiva, corretiva (serviços eventuais) e pequenas reformas, com fornecimento de peças e materiais, nos sistemas, equipamentos e instalações dos Fóruns e Cartórios Eleitorais, bem como nos almoxarifados, arquivos, postos de atendimento, polos temporários e Central de Apoio Técnico – CAT 2, do interior do estado da Bahia.

FATOS¹:

Subitem 4.2.4.1 (fl.7/246) do Edital, tem-se:

4.2.4.1. Como critérios de aceitabilidade das propostas, serão admitidos o **desconto mínimo de 12,75%** (doze vírgula setenta e cinco por cento) e o **BDI máximo de 22,79%** (vinte e dois vírgula setenta e nove por cento), que, aplicados sobre os valores referenciais, resultarão nos valores máximos a seguir especificados, conforme Orçamento Estimativo constante do Anexo II deste Edital:

“Licitação. Julgamento. Critério. Desconto. Limite máximo. Preço mínimo. Vedação.

Na licitação que tem como critério de julgamento das propostas o maior desconto (art. 34, § 2º, da Lei 14.133/2021), é irregular a previsão, no edital, de desconto máximo a ser ofertado pelo licitante, por caracterizar preço mínimo, o que afronta o princípio da competitividade e o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.”

Visando a segurança jurídica e a correta formulação de nossa proposta, surge a necessidade de esclarecer a correlação entre a exigência editalícia de "desconto mínimo" e a vedação do TCU ao "desconto máximo". Ainda que os termos "desconto mínimo" e "desconto máximo" possam parecer similares, eles produzem efeitos jurídicos e econômicos diametralmente opostos, o que afasta qualquer contrariedade entre o edital e o referido acórdão. O racional do TCU para vedar o desconto máximo é preciso: ao limitar o maior desconto que um licitante pode oferecer, a Administração está, na prática, estabelecendo um preço mínimo para o contrato. Isso impede que os licitantes ofereçam propostas mais vantajosas (com descontos ainda maiores), violando o princípio da competitividade e o objetivo primário da licitação. Por outro lado, a exigência de um desconto mínimo de 12,75%, como faz o presente edital, opera de forma inversa. Ela não estabelece um piso para o preço, mas sim um preço máximo admitido para a contratação. Ou seja, qualquer proposta com desconto inferior a 12,75% (e, portanto, com preço final superior ao teto definido) será desclassificada. A fixação de um valor máximo é prática não apenas legal, mas recomendada pela Lei nº 14.133/2021, pois protege a Administração de propostas com preços superiores aos de mercado ou manifestamente inexequíveis, garantindo a seleção de uma proposta que seja, de fato, vantajosa.

Diante do exposto, e com o intuito de confirmar nossa interpretação e garantir a isonomia entre os participantes, solicitamos a Vossa Senhoria que esclareça formalmente os seguintes pontos.

PERGUNTAMOS:

1. Confirma esta d. Comissão que a exigência de "desconto mínimo de 12,75%", prevista no item 4.2.4.1 do edital, tem como finalidade estabelecer um preço máximo para a aceitabilidade das propostas, e não um preço mínimo?
2. Confirma, igualmente, que tal prática (fixação de preço máximo) é legalmente distinta e não conflita com a vedação do TCU à estipulação de "desconto máximo" (fixação de preço mínimo), conforme Acórdão nº 1354/2025 – Plenário?
3. Qual foi a metodologia ou o critério técnico utilizado para definir o percentual exato de 12,75% como o desconto mínimo aceitável para este certame?

FATOS?:

Subitem 4.2.4.1 (fl.7/246) do Edital, tem-se:

4.2.4.1. Como critérios de aceitabilidade das propostas, serão admitidos o **desconto mínimo de 12,75%** (doze vírgula setenta e cinco por cento) e o **BDI máximo de 22,79%** (vinte e dois vírgula setenta e nove por cento), que, aplicados sobre os valores referenciais, resultarão nos valores máximos a seguir especificados, conforme Orçamento Estimativo constante do Anexo II deste Edital:

Anexos

image001.jpg (4.65 kB)

image005.png (167 kB)

image004.png (119 kB)

4.2.4.1. Como critérios de aceitabilidade das propostas, serão admitidos o desconto mínimo de 12,75% (doze vírgula setenta e cinco por cento) e o BDI máximo de 22,79% (vinte e dois vírgula setenta e nove por cento), que, aplicados sobre os valores referenciais, resultarão nos valores máximos a seguir especificados, conforme Orçamento Estimativo constante do Anexo II deste Edital:

A imposição de um percentual máximo para o BDI, como os 22,79% estipulados no edital, é uma prática tecnicamente falha e juridicamente temerária, que vai de encontro à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União. O BDI não é um número arbitrário, mas o resultado de uma equação que reflete a realidade administrativa e tributária de cada empresa. Ele é composto por custos da administração central, risco, seguros, garantias, custos financeiros, tributos (ISS, PIS, COFINS) e o lucro do contratado. TCU (Acórdão 2622/2013-Plenário) é a principal referência sobre o tema. É crucial entender que ele não fixa um teto, mas estabelece faixas referenciais para cada componente do BDI. O objetivo do TCU é oferecer um parâmetro para que o gestor possa avaliar a razoabilidade dos preços, e não para que ele interfira na gestão da empresa licitante. O foco do controle deve ser o preço final, e não seus componentes.

PERGUNTAMOS:

1. Considerando que o Acórdão nº 2622/2013-TCU-Plenário estabelece faixas referenciais para os componentes do BDI e que o critério primordial de julgamento deve ser o preço global, solicita-se que a Administração reavalie a pertinência deste item que fixa um teto para o BDI, ou, alternativamente, que justifique tecnicamente como o percentual de 22,79% foi definido como um limite universal, adequado e não restritivo para empresas com diferentes regimes tributários e diferentes enquadramentos quanto à desoneração da folha de pagamento, sob pena de a exigência ser considerada passível de impugnação por restrição ao caráter competitivo da licitação.

Em desenvolvimento do trabalho digno, sadio, seguro e sustentável

Qualidade de Vida - Vida Saudável - Vacine-se - Use Máscara - Salve Vidas

Segurança e Saúde no Trabalho: Um Valor para o BRASIL, mais qualidade de vida para quem trabalha





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/NUP

Recebemos da empresa POTENCIAL ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA o e-mail, juntado como doc. nº 3447361, no qual há questionamentos sobre os percentuais estabelecidos para o desconto mínimo e o BDI máximo, constantes da condição 4.2.4.1 do edital:

4.2.4.1. *Como critérios de aceitabilidade das propostas, serão admitidos o **desconto mínimo de 12,75%** (doze vírgula setenta e cinco por cento) e o **BDI máximo de 22,79%** (vinte e dois vírgula setenta e nove por cento), que, aplicados sobre os valores referenciais, resultarão nos valores máximos a seguir especificados, conforme Orçamento Estimativo constante do Anexo II deste Edital:*

Sobre o desconto mínimo a empresa faz a seguinte análise e os seguintes questionamentos:

Visando a segurança jurídica e a correta formulação de nossa proposta, surge a necessidade de esclarecer a correlação entre a exigência editalícia de "desconto mínimo" e a vedação do TCU ao "desconto máximo". Ainda que os termos "desconto mínimo" e "desconto máximo" possam parecer similares, eles produzem efeitos jurídicos e econômicos diametralmente opostos, o que afasta qualquer contrariedade entre o edital e o referido acórdão. O racional do TCU para vedar o desconto máximo é preciso: ao limitar o maior desconto que um licitante pode oferecer, a Administração está, na prática, estabelecendo um preço mínimo para o contrato. Isso impede que os licitantes ofertem propostas mais vantajosas (com descontos ainda maiores), violando o princípio da competitividade e o objetivo primário da licitação. Por outro lado, a exigência de um desconto mínimo de 12,75%, como faz o presente edital, opera de forma inversa. Ela não estabelece um piso para o preço, mas sim um preço máximo admitido para a contratação. Ou seja, qualquer proposta com desconto inferior a 12,75% (e, portanto, com preço final superior ao teto definido) será desclassificada. A fixação de um valor máximo é prática não apenas legal, mas recomendada pela Lei nº 14.133/2021, pois protege a Administração de propostas com preços superiores aos de mercado ou manifestamente inexequíveis, garantindo a seleção de uma proposta que seja, de fato, vantajosa.

Diante do exposto, e com o intuito de confirmar nossa interpretação e garantir a isonomia entre os participantes, solicitamos a Vossa Senhoria que esclareça formalmente os seguintes pontos.

PERGUNTAMOS:

- 1. Confirma esta d. Comissão que a exigência de "desconto mínimo de 12,75%", prevista no item 4.2.4.1 do edital, tem como finalidade estabelecer um preço máximo para a aceitabilidade das propostas, e não um preço mínimo?*
- 2. Confirma, igualmente, que tal prática (fixação de preço máximo) é legalmente distinta e não conflita com a vedação do TCU à estipulação de "desconto máximo" (fixação de preço mínimo), conforme Acórdão nº 1354/2025 - Plenário?*
- 3. Qual foi a metodologia ou o critério técnico utilizado para definir o percentual exato de 12,75% como o desconto mínimo aceitável para este certame?*

No que se refere ao BDI máximo estabelecido, a empresa trouxe o que segue:

A imposição de um percentual máximo para o BDI, como os 22,79% estipulados no edital, é uma prática tecnicamente falha e juridicamente temerária, que vai de encontro à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União. O BDI não é um número arbitrário, mas o resultado de uma equação que reflete a realidade administrativa e tributária de cada empresa. Ele é composto por custos da administração central, risco, seguros, garantias, custos financeiros, tributos (ISS, PIS, COFINS) e o lucro do contratado. TCU (Acórdão 2622/2013-Plenário) é a principal referência sobre o tema. É crucial entender que ele não fixa um teto, mas estabelece faixas referenciais para cada componente do BDI. O objetivo do TCU é oferecer um parâmetro para que o gestor possa avaliar a razoabilidade dos preços, e não para que ele interfira na gestão da empresa licitante. O foco do controle deve ser o preço final, e não seus componentes.

PERGUNTAMOS:

- 1. Considerando que o Acórdão nº 2622/2013-TCU-Plenário estabelece faixas referenciais para os componentes do BDI e que o critério primordial de julgamento deve ser o preço global, solicita-se que a Administração reavalie a pertinência deste item que fixa um teto para o BDI, ou, alternativamente, que justifique tecnicamente como o percentual de 22,79% foi definido como um*

limite universal, adequado e não restritivo para empresas com diferentes regimes tributários e diferentes enquadramentos quanto à desoneração da folha de pagamento, sob pena de a exigência ser considerada passível de impugnação por restrição ao caráter competitivo da licitação.

Quanto às respostas para as duas primeira questões sobre o desconto mínimo, entendemos que é "sim", pois o desconto mínimo estabelece o preço máximo, já que quanto maior o desconto, menor será o valor, e não conflita com a vedação do TCU quanto à fixação de preço mínimo. Quanto ao 3º questionamento sobre o desconto mínimo e às perguntas sobre o BDI máximo, encaminhamos, primeiramente, à SEAQUI, e em seguida à SEMAI, para análise e esclarecimentos.

O abertura do pregão estava marcada para amanhã, dia 05/08/2025, às 9h. No entanto, já foi publicado o aviso de que será suspenso para que haja tempo hábil para a análise do presente pedido de esclarecimento/impugnação.

À SEAQUI, e, em seguida, à SEMAI.

Cristiana Lima Soares

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Cristiana Maria Paz Lima Soares, Técnico Judiciário**, em 04/08/2025, às 11:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3447362** e o código CRC **2B1FF826**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/NUP

Em tempo: à SELIC para juntada do comprovante de suspensão do pregão.

Cristiana Lima Soares

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Cristiana Maria Paz Lima Soares, Técnico Judiciário**, em 04/08/2025, às 13:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3448031** e o código CRC **DBD0F58A**.

0027585-02.2024.6.05.8000

3448031v2

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

Eventos

Disponibilizar Aviso de Evento de Licitação para Publicação-
Divulgação

04/08/2025 12:25:22



Este Evento de Suspensão será Publicado no D.O.U., Divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no gov.br/compras (www.gov.br/compras) na data de 05/08/2025.

Resumo do Evento de Suspensão

Órgão	UASG Responsável			
14000 - JUSTICA ELEITORAL	70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA			
Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	90006/2025	Tradicional	Eletrônico	Aberto/Fechado
Lei	Critério de Julgamento			
Lei nº 14.133/2021	Menor Preço/Maior Desconto			
Tipo de Objeto	Regime de Execução			
Serviços Comuns de Engenharia	Empreitada por Preço Global			
Id contratação PNCP				
00509018000113-1-001762/2025				

Objeto

Contratação de empresa de engenharia e/ou de arquitetura para prestação de serviços de manutenção preventiva (visita periódica), preditiva, corretiva (serviços eventuais) e pequenas reformas, com fornecimento de peças e materiais, nos sistemas, equipamentos e instalações dos Fóruns e Cartórios Eleitorais, bem como nos almoxarifados, arquivos, postos de atendimento, polos temporários e Central de Apoio Técnico - CAT 2, do interior do estado da Bahia

Motivo do Evento de Suspensão

Suspensão de abertura do certame para análise do pedido de impugnação feito pela licitante POTENCIAL ENGENHARIA E INSTALCOES LTD

Data da Publicação/Divulgação do Evento de Suspensão	Data da Disponibilidade do Edital	Data/Hora da Abertura da Licitação
05/08/2025	A partir de 21/07/2025 às 08:00	Em 05/08/2025 às 09:00

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora	Unidade Gestora
70013	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Gestão	Empenho
00001	2025 NE 000001

Disponibilizar para Publicação/Divulgação | Visualizar Prévia da Matéria

Evento de Suspensão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC/SELIC

SEI Nº 0027585-02.2024.6.05.8000

Prezados colegas

Após a publicação dos avisos de suspensão do Pregão Eletrônico 90006-2025 no Diário Oficial da União, bem como a juntados dos respectivos comprovantes (docs 3448273 e 3449461) concluímos os autos na unidade.

Gilson S Conceição

Analista Judiciário



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Soares da Conceição, Analista Judiciário**, em 05/08/2025, às 11:56, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3450106** e o código CRC **569CA9EE**.

0027585-02.2024.6.05.8000

3450106v4



MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA/COGELIC/SEAQUI

Em atendimento ao suscitado pela Pregoeira (3447362), seguem esclarecimentos, no que compete a esta Seção.

Pede-se, dentre os diversos esclarecimentos solicitados (3447361), informações sobre a *metodologia ou critério técnico utilizado para definir o percentual exato de 12,75%*, bem como que se informe *como o percentual de 22,79% foi definido*.

Eis o que reportamos no documento 3215024, nestes autos (sublinhamos):

Os autos nos foram submetidos para análise e elaboração da estimativa.

Registre-se que a disciplina do tópico 7.8 do documento base **define** como desconto mínimo 6,76%, e como BDI máximo 29,06%. **Estes percentuais**, aplicados sobre os valores de referência informados pela área demandante, **redundam no valor total estimado de R\$ 5.806.765,43** (cinco milhões, oitocentos e seis mil setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e três centavos).

Ainda assim, esta Seção pesquisou contratações com objeto similar que houvessem sido recentemente deflagradas. Localizamos certames promovidos pelo *Ipreville* (3214223); pelo *TJ-RO* (3214259); pelo *Serviço Geológico do Brasil* (3214295); e pela *Assembleia Legislativa de Santa Catarina* (3214328). Coletados os preços que foram aceitos.

Preparamos planilha para demonstrar os percentuais de desconto e de BDI (3215001). Constatada uma heterogeneidade maior quanto aos percentuais de desconto, consideramos a mediana, à razão de 12,75% (em **verde** naquele documento); quanto ao BDI, sendo a amostra mais uniforme, consideramos a média, à razão de 22,79% (também marcada de **verde**, na mesma tabela). Os percentuais aqui apurados, se aplicados sobre os valores de referência dos tópicos 7.5, 7.6 e 7.7 do TR resultam no valor total de R\$ 5.169.741,08 (cinco milhões, cento e sessenta e nove mil setecentos e quarenta e um reais e oito centavos), conforme demonstrado na última página da planilha que juntamos.

Observa-se que, considerada a regra do tópico 7.8, eventual proposta a contemplar os percentuais apurados nesta Seção poderia ser aceita, visto que traz desconto acima do mínimo, BDI abaixo do máximo, e valor total abaixo do definido no referido tópico. **Cabe, contudo, que se avalie se deverá prevalecer a condição do tópico aqui mencionado ou a estimativa desta Seção.** Caso se entenda pela adoção do valor estimado conforme o parágrafo anterior, então o tópico 7.8 decerto deverá ser reescrito.

Válido ainda registrar que não utilizamos o modelo de planilha de estimativa comumente adotado nesta Seção por conta de haverem **duas variáveis** envolvidas (desconto e BDI), não sendo possível depurar dois percentuais a partir do total estimado por item.

Ou, seja, o percentual de desconto apurado nesta Seção, de 12,75%, corresponde à mediana daqueles que compuseram a amostra; e o BDI, por sua vez, corresponde à média entre os percentuais de BDI da amostra. Válido registrar, por outro lado, que a definição dos critérios de aceitabilidade e de mensuração das propostas escapa à nossa área de atuação. Em outras palavras, esta Seção tão somente realiza a estimativa a partir das informações e condicionantes lançadas no documento base.

À SEMAI.



Documento assinado eletronicamente por **Marconni Rodrigues de Alcântara Santos, Técnico Judiciário**, em 06/08/2025, às 10:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3451605** e o código CRC **BF280FBA**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGS/COMANP/SEMAI

Em atendimento ao suscitado pela Pregoeira (doc. n.º 3447362) e considerando o apontado pela SEAQUI no doc. n.º 3451605, informamos que a SEMAI não estabeleceu os percentuais de desconto mínimo e BDI. Os percentuais constantes no Termo de Referência foram integralmente baseados nos parâmetros registrados pela SEAQUI no relatório constante do doc. n.º 3215024.

Ainda que não nos caiba a análise dos questionamentos apresentados pela empresa, tendo em vista que os referidos percentuais não foram definidos por esta unidade, manifestamo-nos em consonância com o posicionamento da Pregoeira, expresso no doc. n.º 3447362, no sentido de que a exigência de **desconto mínimo** representa, na prática, a fixação de um preço máximo admissível, não se confundindo com a vedação do TCU à estipulação de **desconto máximo** (equivalente à fixação de preço mínimo).

No que se refere ao BDI, entendemos que o percentual de 22,79%, fixado pela SEAQUI, encontra-se dentro da faixa de aceitabilidade estatística definida pelo TCU no Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário, cujos limites são de **20,34% a 25,00%** na categoria "construção de edifícios".

Por fim, solicitamos celeridade na tramitação deste expediente, em razão da proximidade do término da vigência dos atuais contratos de manutenção predial.

À COMANP,

Rodrigo Galderisi
Chefe da SEMAI



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Rosario dos Santos Galderisi, Chefe de Seção**, em 06/08/2025, às 12:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3452161** e o código CRC **B61C5709**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGS/COMANP

AO NUP

Em atenção ao DESPACHO 3447362, encaminhado MANIFESTAÇÃO 3451605.



Documento assinado eletronicamente por **Cintia Vilas Bôas Campos, Coordenador**, em 06/08/2025, às 13:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3452413** e o código CRC **F975D889**.

0027585-02.2024.6.05.8000

3452413v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/NUP

A empresa POTENCIAL ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA no e-mail juntado como doc. nº 3447361 apresentou diferentes questionamentos sobre os percentuais estabelecidos para o desconto mínimo e o BDI máximo, constantes da condição 4.2.4.1 do edital.

As perguntas relativas ao desconto mínimo foram respondidas nos docs. nº 3447362, 3451605 e 3452161.

Quanto à pergunta relativa ao percentual de BDI máximo, conforme nova transcrição abaixo, que tem o tom de impugnação, precisa ser analisada:

*1. Considerando que o Acórdão nº 2622/2013-TCU-Plenário estabelece faixas referenciais para os componentes do BDI e que o critério primordial de julgamento deve ser o preço global, **solicita-se que a Administração reavalie a pertinência deste item que fixa um teto para o BDI**, ou, **alternativamente**, que justifique tecnicamente como o percentual de 22,79% foi definido como um limite universal, adequado e não restritivo para empresas com diferentes regimes tributários e diferentes enquadramentos quanto à desoneração da folha de pagamento, sob pena de a exigência ser considerada passível de impugnação por restrição ao caráter competitivo da licitação.(grifo acrescentado)*

De ordem, à ASSESD para apreciação.

Cristiana Lima Soares

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Cristiana Maria Paz Lima Soares, Técnico Judiciário**, em 07/08/2025, às 11:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3453657** e o código CRC **E60D31AC**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/ASSES

Tendo em vista o pedido de esclarecimento/impugnação ao edital do pregão eletrônico n.º 90006/2025, documento n.º 3447361, bem como análises da SEAQUI, da unidade demandante e manifestação do Pregoeiro, encaminhe-se à ASJUR1, para pronunciamento.

RAIMUNDO VIEIRA
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 08/08/2025, às 10:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3455123** e o código CRC **A32A00D1**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0027585-02.2024.6.05.8000
INTERESSADO : NUP
ASSUNTO : Impugnação. Pregão Eletrônico 90006/2025.

PARECER nº 331 / 2025 - PRE/DG/ASJUR1

1. Mediante doc. nº 3447361, a empresa POTENCIAL ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA formulou *pedido de esclarecimentos*, tendo a Pregoeira sustentado que para o questionamento envolvendo o percentual máximo de BDI, fixado no ato convocatório, haveria um "*tom de impugnação*", razão pela qual submeteu o assunto à apreciação superior (doc. nº 3453657), após ouvidas a SEAQUI (doc. nº 3451605) e a unidade demandante (doc. nº 3452161).

2. Os esclarecimentos requeridos pela empresa versam, em síntese, sobre a condição 4.2.4.1 do ato convocatório, que traz:

"4.2.4.1. Como critérios de aceitabilidade das propostas, serão admitidos o **desconto mínimo de 12,75%** (doze vírgula setenta e cinco por cento) e o **BDI máximo de 22,79%** (vinte e dois vírgula setenta e nove por cento), que, aplicados sobre os valores referenciais, resultarão nos valores máximos a seguir especificados, conforme Orçamento Estimativo constante do Anexo II deste Edital". (grifos originais)

2.1. Quanto ao *desconto mínimo* indicado no edital, a POTENCIAL indagou:

"1. Confirma esta d. Comissão que a exigência de "desconto mínimo de 12,75%", prevista no item 4.2.4.1 do edital, tem como finalidade estabelecer um preço máximo para a aceitabilidade das propostas, e não um preço mínimo?

2. Confirma, igualmente, que tal prática (fixação de preço máximo) é legalmente distinta e não conflita com a vedação do TCU à estipulação de "desconto máximo" (fixação de preço mínimo), conforme Acórdão nº 1354/2025 - Plenário?

3. Qual foi a metodologia ou o critério técnico utilizado para definir o percentual exato de 12,75% como o desconto mínimo aceitável para este certame?"

2.2. No que diz respeito ao *percentual máximo do BDI (22,79%)*, aduziu:

"A imposição de um percentual máximo para o BDI, como os 22,79% estipulados no edital, é uma prática tecnicamente falha e juridicamente temerária, que vai de encontro à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União. O BDI não é um número arbitrário, mas o resultado de uma equação que reflete a realidade administrativa e tributária de cada empresa. Ele é composto por custos da administração central, risco, seguros, garantias, custos financeiros, tributos (ISS, PIS, COFINS) e o lucro do contratado. TCU (Acórdão 2622/2013-Plenário) é a principal referência sobre o tema. É crucial entender que ele não fixa um teto, mas estabelece faixas referenciais para cada componente do BDI. O objetivo do TCU é oferecer um parâmetro para que o gestor possa avaliar a razoabilidade dos preços, e não para que ele interfira na gestão da empresa licitante. O foco do controle deve ser o preço final, e não seus componentes.

(...)

1. Considerando que o Acórdão nº 2622/2013-TCU-Plenário estabelece faixas referenciais para os componentes do BDI e que o critério primordial de julgamento deve ser o preço global, solicita-se que a Administração reavalie a pertinência deste item que fixa um teto para o BDI, ou, alternativamente, que justifique tecnicamente como o percentual de 22,79% foi definido como um limite universal, adequado e não restritivo para empresas com diferentes regimes tributários e diferentes enquadramentos quanto à desoneração da folha de pagamento, sob pena de a exigência ser considerada passível de impugnação por restrição ao caráter competitivo da licitação."

3. Visando responder aos questionamentos arrolados nos itens 1 e 2, acima transcritos, a Pregoeira asseverou (doc. nº 3447362):

"Quanto às respostas para as duas primeira questões sobre o desconto mínimo, entendemos que é "sim", pois o desconto mínimo estabelece o preço máximo, já que quanto maior o desconto, menor será o valor, e não conflita com a vedação do TCU quanto à fixação de preço mínimo."

3.1. Às demais indagações, a Pregoeira reservou o tratamento da SEAQUI e da SEMAI. Vejamos, então, as manifestações da unidade responsável pela estimativa de preços (SEAQUI) e da unidade demandante (SEMAI):

SEAQUI - doc. nº 3451605

"Em atendimento ao suscitado pela Pregoeira (3447362), seguem esclarecimentos, no que

competete a esta Seção.

Pede-se, dentre os diversos esclarecimentos solicitados (3447361), informações sobre a *metodologia ou critério técnico utilizado para definir o percentual exato de 12,75%, bem como que se informe como o percentual de 22,79% foi definido.*

Eis o que reportamos no documento 3215024, nestes autos (sublinhamos):

Os autos nos foram submetidos para análise e elaboração da estimativa.

Registre-se que a disciplina do tópico 7.8 do documento base **define** como desconto mínimo 6,76%, e como BDI máximo 29,06%. **Estes percentuais**, aplicados sobre os valores de referência informados pela área demandante, **redundam no valor total estimado de R\$ 5.806.765,43** (cinco milhões, oitocentos e seis mil setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e três centavos).

Ainda assim, esta Seção pesquisou contratações com objeto similar que houvessem sido recentemente deflagradas. Localizamos certames promovidos pelo *Ipreville* (3214223); pelo *TJ-RO* (3214259); pelo *Serviço Geológico do Brasil* (3214295); e pela *Assembleia Legislativa de Santa Catarina* (3214328). Coletados os preços que foram aceitos.

Preparamos planilha para demonstrar os percentuais de desconto e de BDI (3215001). Constatada uma heterogeneidade maior quanto aos percentuais de desconto, consideramos a mediana, à razão de 12,75% (em **verde** naquele documento); quanto ao BDI, sendo a amostra mais uniforme, consideramos a média, à razão de 22,79% (também marcada de **verde**, na mesma tabela). Os percentuais aqui apurados, se aplicados sobre os valores de referência dos tópicos 7.5, 7.6 e 7.7 do TR resultam no valor total de R\$ 5.169.741,08 (cinco milhões, cento e sessenta e nove mil setecentos e quarenta e um reais e oito centavos), conforme demonstrado na última página da planilha que juntamos.

Observa-se que, considerada a regra do tópico 7.8, eventual proposta a contemplar os percentuais apurados nesta Seção poderia ser aceita, visto que traz desconto acima do mínimo, BDI abaixo do máximo, e valor total abaixo do definido no referido tópico. **Cabe, contudo, que se avalie se deverá prevalecer a condição do tópico aqui mencionado ou a estimativa desta Seção.** Caso se entenda pela adoção do valor estimado conforme o parágrafo anterior, então o tópico 7.8 decerto deverá ser reescrito.

Válido ainda registrar que não utilizamos o modelo de planilha de estimativa comumente adotado nesta Seção por conta de haverem **duas variáveis** envolvidas (desconto e BDI), não sendo possível depurar dois percentuais a partir do total estimado por item.

Ou, seja, o percentual de desconto apurado nesta Seção, de 12,75%, corresponde à mediana daqueles que compuseram a amostra; e o BDI, por sua vez, corresponde à média entre os percentuais de BDI da amostra. Válido registrar, por outro lado, que a definição dos critérios de aceitabilidade e de mensuração das propostas escapa à nossa área de atuação. Em outras palavras, esta Seção tão somente realiza a estimativa a partir das informações e condicionantes lançadas no documento base."

SEMAI - doc. nº 3452161

"Em atendimento ao suscitado pela Pregoeira (doc. n.º 3447362) e considerando o apontado pela SEAQUI no doc. n.º 3451605, informamos que a SEMAI não estabeleceu os percentuais de desconto mínimo e BDI. Os percentuais constantes no Termo de Referência foram integralmente baseados nos parâmetros registrados pela SEAQUI no relatório constante do doc. n.º 3215024.

Ainda que não nos caiba a análise dos questionamentos apresentados pela empresa, tendo em vista que os referidos percentuais não foram definidos por esta unidade, manifestamo-nos em consonância com o posicionamento da Pregoeira, expresso no doc. n.º 3447362, no sentido de que a exigência de **desconto mínimo** representa, na prática, a fixação de um preço máximo admissível, não se confundindo com a vedação do TCU à estipulação de **desconto máximo** (equivalente à fixação de preço mínimo).

No que se refere ao BDI, entendemos que o percentual de 22,79%, fixado pela SEAQUI, encontra-se dentro da faixa de aceitabilidade estatística definida pelo TCU no Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário, cujos limites são de **20,34% a 25,00%** na categoria "construção de edifícios".

4. Com esse cenário, o processo foi submetido à autoridade superior, que, por sua vez, determinou nossa oitiva (doc. nº 3455123).

É o breve Relatório.

5. *Prima facie*, reputamos acertado o tratamento de impugnação dado ao esclarecimento que versa sobre o percentual máximo de BDI indicado no edital, vez que, claramente, a empresa contesta a condição, sendo a contestação uma característica marcante das impugnações, que, ao final, almejam alterar as condições das quais discordam. Em sentido diverso, os esclarecimentos se prestam apenas a elucidar dúvidas e, como regra, objetiva afastar incorreções na formulação de propostas e/ou apresentação de documentos.

6. De qualquer modo, de relação ao percentual mínimo de desconto fixado no ato convocatório, tratado como mera dúvida da Impugnante, corroboramos as afirmações feitas pela Pregoeira e unidade demandante (docs. nºs. 3451605 e 3452161), quando, respectivamente, esclarecem:

"(...) o desconto mínimo estabelece o preço máximo, já que quanto maior o desconto, menor será o valor, e não conflita com a vedação do TCU quanto à fixação de preço mínimo".

"a exigência de **desconto mínimo** representa, na prática, a fixação de um preço máximo admissível, não se confundindo com a vedação do TCU à estipulação de **desconto máximo**

(equivalente à fixação de preço mínimo)".

6.1. Indo ao encontro das informações supra mencionadas, entendemos que a metodologia utilizada pela SEAQUI é plenamente aceitável e se harmoniza com as normas vigentes. Vejamos o que diz o regramento interno desta Casa:

Portaria TRE-BA nº 742/2022

"Art. 1º. **A realização de pesquisa e estimativa de preços das contratações em geral e a instrução das contratações diretas realizadas no âmbito do TRE-BA obedecerão aos critérios e procedimentos estabelecidos neste ato, sem prejuízo da observância de outras normas específicas de aplicação obrigatória na Administração Pública Federal.**

(...)

§ 2º **A pesquisa será realizada a partir de fontes diversificadas**, mediante a utilização dos seguintes parâmetros definidos no §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, adotados de forma combinada ou não, devendo ser demonstrada no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência:

(...)

II - **contratações similares feitas pela Administração Pública**, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

(...)

§ 3º **Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos;**

(grifos nossos)

6.1.1. Neste ponto, as regras internas estão fortemente alinhadas às regras gerais, conforme se vê da leitura das disposições abaixo, trazidas pela nova lei de licitações:

Lei nº 14133/2021

Art. 18. **A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se** com o plano de contratações anual de que trata o [inciso VII do caput do art. 12 desta Lei](#), sempre que elaborado, e **com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:**

(...)

IV - **o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;**

(...)

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º **No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:**

(...)

II - **contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços**, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

(...)

§ 2º **No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:**

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - **contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços**, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

(...)

Parágrafo único. **Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto**, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

(...)

Art. 33. **O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:**

I - **menor preço;**

II - **maior desconto;**

(...)

Art. 34. **O julgamento por menor preço ou maior desconto** e, quando couber, por técnica e preço **considerará o menor dispêndio para a Administração**, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

6.1.2. Explicado pela SEAQUI, repisemos, que o desconto mínimo de 12,75% corresponde "*à mediana daqueles que compuseram a amostra*", e constituindo-se a "amostra" em "*contratações com objeto similar que houvessem sido recentemente deflagradas*", consoante informado e comprovado nos autos da licitação ("*certames promovidos pelo Ipreville (3214223); pelo TJ-RO (3214259); pelo Serviço Geológico do Brasil (3214295); e pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina (3214328)*"), não há como se cogitar de eventual fixação arbitrária do desconto mínimo aceitável, *in casu*.

6.1.3. Ao contrário, "*a metodologia ou o critério técnico utilizado para definir o percentual exato de 12,75% como o desconto mínimo aceitável para este certame*" ampara-se nas normas vigentes. É dizer, o percentual fixado no edital vai ao encontro da prática vista em licitações similares, prestando-se, assim, à fiel busca de melhores preços para a Administração.

7. Voltando ao exame da questão principal, a ser examinada como Impugnação ao edital do Pregão Eletrônico 90006/2025, tecemos as considerações a seguir.

8. De início, queremos afirmar que a fixação de percentual máximo de BDI foi tema de criteriosa discussão e reflexão nesta Casa, fato que se pode ver desde a inicial concepção da nova contratação dos serviços de manutenção predial para o interior do Estado, quando o assunto foi especificamente abordado pelas unidades, inclusive em nosso primeiro opinativo, exarado no bojo do processo SEI nº 0020344-79.2021.6.05.8000 (Parecer nº 202/20222 - doc. nº 2135388), no qual tramitaram anteriores licitações (Pregões Eletrônicos nºs 12/2023 e 17/2023).

8.1. Nesta linha, achamos por bem rememorar alguns *excertos*:

Parecer 202/2022 - doc. nº 2135388

"10. No dia 03/08/2022, essa ASJUR1 se reuniu com servidores da SEMAP, SEAQUI e com a titular da COGELIC. Na oportunidade, restou assentada a devolução dos autos ao setor demandante para avaliação quanto à melhor alternativa para o atendimento das demandas do Órgão (doc. nº 2033628).

11. A SEMAP produziu novo TR (doc. nº 2061054), tendo a COMANP destacado alguns dos ajustes realizados, a saber (doc. nº 2061173): a) previsão de equipe fixa por área (postos de trabalho); b) alteração das cidades sede das áreas 2 e 4; c) atualização do orçamento estimativo anual; d) modificação das composições de custos das visitas (atendimento de chamados); e) inclusão do Anexo P, com dados relativos a contratações pretéritas, em atenção à sugestão desta ASJUR1 em reunião; f) alocação das equipes nos fóruns eleitorais.

12. Encaminhados os autos à SEAQUI para nova cotação, a Unidade teceu relevantes ponderações, que passamos a sintetizar (doc. nº 2103290).

12.1. A previsão do tópico 1, no sentido de que o pagamento dos serviços e materiais se dará de acordo com os valores constantes da tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), com a incidência do desconto ofertado pela licitante e o acréscimo do BDI de 29,06%, não estaria correta, uma vez que: **a) não caberia a este Órgão fixar o BDI que remunerará o particular, competindo apenas a determinação de patamar para a estimativa da Administração;** b) o enunciado conflita com a atuação de equipes residentes (alocação de postos de trabalho), custo que não está contemplado no modelo de proposta do Anexo H.

(...)

12.8. Acerca do BDI, ratificou-se o entendimento de que a sua composição depende da realidade do negócio do particular, de modo que o Anexo D seria apenas um parâmetro e não uma imposição aos licitantes

(...)

16. Passando à concepção da contratação, **ressaltamos a grande dificuldade em encontrar um modelo que atenda às necessidades da Administração. Com efeito, os últimos ajustes efetivados para a prestação dos serviços não trouxeram resultados satisfatórios, seja em relação à execução da manutenção propriamente dita, seja quanto às implicações jurídicas e financeiras.** Por tal razão, em reunião com a SEMAP, SEAQUI e COGELIC, aventou-se a realização de estudo comparativo entre a configuração atual (pagamento dos serviços com

base na tabela SINAPI com o desconto ofertado pela empresa e a incidência do BDI) e a alocação de postos de trabalho permanentes (terceirização típica). O TR colacionado por meio do doc. nº 2061054 corresponde à concretização dessa medida. Todavia, julgamos que o documento necessita de aprimoramento, sob pena de frustrar-se o objetivo da licitação.

17. Corroboramos com os apontamentos da SEAQUI, realizando-se um pequeno reparo quanto aos custos com deslocamentos (item 12.12 *supra*). De fato, não está clara a dinâmica de execução do contrato, a composição da proposta (formato para a disputa de preços na licitação) e o cálculo para pagamento dos serviços/materiais.

17.1. Temos ciência de que, no ajuste atual (e nos pretéritos de idêntico objeto), o BDI foi previamente estabelecido pela Administração, circunstância que sempre nos causou incômodo. Por certo, a composição dos custos indiretos (administração central, seguros + garantias, riscos, despesas financeiras e tributos), além da projeção de lucro da empresa, não compete a este Tribunal. Cabe-nos, apenas, indicar um limite máximo para análise da aceitabilidade dos preços do particular. Até então, mantivemos essa possibilidade em face da ausência de alternativas (imaginávamos que os estudos revelassem solução para a questão).

(...)

17.6.3. Assim como ocorre em relação ao BDI, a Administração não pode determinar o valor que corresponderá aos deslocamentos, impondo-os à Contratada. Cumpre a este Órgão fornecer os dados para que o particular precifique o serviço. A estimativa confeccionada pelo Tribunal é essencial para o exame de aceitabilidade da proposta e para a composição do valor global do ajuste.

(...)

18.9. De referência ao tópico 7, ratificamos todos os obstáculos suscitados no item 17 supra e na manifestação da SEAQUI (doc. nº 2103290). Após a definição da configuração do ajuste, imaginamos que as Unidades deverão pensar em uma fórmula que agregue as variáveis que comporão os custos (mão de obra, materiais, BDI, deslocamentos, etc), objetivando garantir a contratação mais vantajosa para a Administração."

(grifos atuais)

Parecer nº 330/2022 - doc. nº 2216098

"1. Retornam os autos a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos para análise da documentação encartada após o Parecer nº 202/2022 (doc. nº 2135388), decorrente dos novos estudos empreendidos pela área demandante e das discussões ocorridas em reunião que contou com a participação desta Unidade, da COMANP, da SEMAP, da COGELIC e da SEAQUI.

2. O Termo de Referência (TR) que baseou a estimativa de preços foi anexado por meio do doc. nº 2180190.

3. No doc. nº 2194210, a SEAQUI esclarece a metodologia utilizada para precificar o serviço:

Nas propostas coletadas, os percentuais de desconto variam de 2,37% a 22%, e os percentuais de BDI, por sua vez, oscilam entre 22,47% a 30,88%. Esta Seção, para obtenção do desconto médio para fins de estimativa, calculou o percentual do BDI sem os Tributos em cada proposta, e considerou apenas os descontos em patamares inferiores àquele percentual. Presumiu-se neste trabalho a imprescindibilidade de percentual mínimo a suportar a tributação, como critério de corte das propostas. Em outras palavras, consideramos na estimativa que o limite para formulação de descontos seria o total de Lucro e Despesas Indiretas, de modo a resguardar os Tributos sobre o faturamento. No documento [2191498](#) apresentamos o cálculo do desconto médio estimado. (grifo original e aditado)

(...)

6. Do exame do TR (doc. nº 2180190), tecemos as ponderações abaixo.

(...)

6.10. Em consulta ao TR anterior (doc. nº 2061054), observamos que o BDI estimado pela Administração (29,06%) pressupôs a desoneração da folha de pagamentos (incluindo-se o percentual de 4,5% sobre a receita bruta). Considerando que o orçamento (valor máximo admitido) deverá adotar como parâmetro o cenário menos oneroso, compete que a SEMAP avalie a questão, indicando o regime de tributação mais vantajoso. Caso se conclua pela utilização de BDI desonerado, a estimativa de preços deverá ser refeita.

(...)

6.12. No que concerne à estimativa máxima de valor, os custos consignados nos tópicos 7.5, 7.6 e 7.7 deverão refletir os valores constantes da planilha elaborada pela SEAQUI (doc. nº 2191538), que contemplam o desconto médio e o BDI.

(...)

6.13. A previsão do tópico 7.8 deverá ser ajustada, uma vez que a aceitabilidade das propostas será analisada de acordo com os descontos mínimos e os BDI's máximos:

7.8. Como critério de aceitabilidade das propostas durante a licitação, estão previstos, no Edital,

os descontos mínimos e BDI e valores máximos admitidos para esta contratação, considerando o período de 12 (doze) meses de vigência contratual."

Parecer nº 81/2023 (doc. nº 2273343)

1. Procedidos ajustes no Termo de Referência (TR) pela SEMAP e SELIC, consoante esclarecimentos prestados nos despachos das referidas Unidades (docs. nºs. 2221332, 2230921, 2251176 e 2256028), submete-se os autos ao exame desta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos.

(...)

2.2. Quanto à preocupação desta ASJUR1 acerca do melhor cenário para precificação dos serviços (considerando ou não a desoneração da folha de pagamentos), no doc. nº 2221332, a SEMAP informou que:

7. Em resposta ao item 6.10 da ASJUR1, foram reunidas diversas planilhas orçamentárias executadas e foram aplicados os encargos sociais onerados e desonerados para fins comparativos. Concluiu-se, após análise final dos valores, que não há diferença relevante entre um ou outro regime de tributação. Por esta razão, a fiscalização entende, s.m.j., que não há necessidade de refazer a estimativa e que a licitante poderá indicar o regime de tributação adequado à sua realidade;

2.2.1. Alertamos apenas para a necessidade de verificação da tributação a ser adotada durante a execução contratual, de modo que seja respeitada a opção da empresa consignada em sua proposta. Se a composição do BDI apresentada na licitação demonstra que a Contratada optou pela tributação desonerada (com a inclusão do percentual de 4,5% sobre a receita bruta), a tabela SINAPI que servirá de parâmetro para cálculo da mão de obra dos serviços será com encargos sociais desonerados. Assim, convém acrescentar pequena ressalva a este aspecto no tópico 16.13: "(...) **Nos pagamentos dos serviços e materiais estão incluídos os encargos sociais (de acordo com o SINAPI correspondente ao regime de tributação adotado pela empresa - com ou sem desoneração) e impostos (incluídos no BDI)**".

8.2. Da atenta leitura dos trechos acima, **resta nítida** a preocupação das áreas (ASJUR1, SEMAI e SEAQUI) para que os critérios de aceitabilidade das propostas, incluindo-se aí o BDI ofertados pelas concorrentes, fossem corretamente definidos.

8.2.1. Cumpre pontuar que no certame fracassado foi fixado em 29,06% o percentual máximo de BDI (Pregão nº 12/2023 - doc. nº 2297025) e, à vista da Ata do Pregão (doc. nº 2339448) e do Relatório acostado pelo Pregoeiro (doc. nº 2339916), infere-se que **as causas de desclassificação e/ou inabilitação das empresas não estavam diretamente atreladas a esta condição**.

8.2.2. Manteve-se o mesmo percentual na licitação subsequente (Pregão nº 17/2023 - doc. nº 2422678), da qual se originaram os atuais contratos celebrados por este Tribunal (Contratos nºs. 52/2023, 53/2023, 54/2023 e 55/2023 - docs. nºs. 2493162, 2493266, 2493271 e 2493276). Até onde temos conhecimento, não houve contestação, neste particular, antes e mesmo após a fase de execução das mencionadas avenças. Aliás, são esses os percentuais praticados pelas empresas que atualmente prestam os mesmos serviços:

Contrato nº. 52/2023 - **23,15%**

Contrato nº. 53/2023 - **29,06 %**

Contrato nº. 54/2023 - **29,06 %**

Contrato nº. 55/2023 - **29,06 %**

9. A linha acima traçada tenta comprovar que a Administração, ao indicar teto máximo de BDI, se pautou em criteriosa análise quanto à composição do item. Além disso, se presta a demonstrar que **a fixação do BDI máximo em 22,79% não destoa significativamente do que pode ser praticado pelas empresas do ramo, interessadas em acorrer ao certame**.

9.1. Reconhecemos que na atual licitação houve, de fato, uma redução do percentual máximo de BDI, quando comparado com os anteriores certames. Porém, isto não se deu de forma aleatória. Como bem informado pela unidade responsável (SEAQUI), **chegou-se ao percentual de 22,79%, após a mesma pesquisa feita a contratações similares, com importante ressalva no Relatório acostado aos autos** (doc. nº 3215024): quanto ao BDI, viu-se "*amostra mais uniforme*". Significa dizer que, em licitações da Administração Pública, base legalmente recomendada para estimar-se preços, **os percentuais de BDI se revelaram mais homogêneos, atingindo-se, assim, a média em questão**.

9.2. Neste ponto, importante apontar que, nos certames que serviram de pesquisa para a formação da média estabelecida no edital do Pregão Eletrônico 90006/2025, foram esses os percentuais de BDI coletados: **22,12%; 23,50%; 20,56%**. Considerando a necessária busca do *menor dispêndio para a Administração* (art. 34, Lei 14133/2021), foi essa, então, a base eleita para estabelecer-se o limite em pauta.

10. A prática não é ilegal, tampouco fere as orientações da Corte de Contas, como supõe a Impugnante. A essa altura, cumpre rememorar trecho do Voto proferido no Acórdão nº 2622/2013, paradigma no tema, vez que cuidou de "*definir faixas aceitáveis para valores de taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) específicas para cada tipo de obra pública e para aquisição de materiais e equipamentos relevantes, bem como efetuar o exame detalhado da adequabilidade dos percentuais para as referidas taxas adotados em dois julgados desta Corte de Contas (Acórdãos ns.325/2007 e 2.369/2011), ambos do Plenário, com utilização de critérios contábeis e estatísticos e controle da representatividade das amostras selecionadas*":

"143. Importante destacar, contudo, que não cumpre ao TCU estipular percentuais fixos para cada item que compõe a taxa de BDI, ignorando as peculiaridades da estrutura gerencial de cada

empresa que contrata com a Administração Pública. **O papel da Corte de Contas é impedir que sejam pagos valores abusivos ou injustificadamente elevados e por isso é importante obter valores de referência**, mas pela própria logística das empresas é natural que ocorram certas flutuações de valores nas previsões das despesas indiretas e da margem de lucro a ser obtida."

10.1. Concluimos, portanto, que embora não seja obrigatória a fixação de percentual máximo de BDI a ser ofertado no certame, a prática foi adotada com base nas peculiaridades dos serviços e do mercado, bem como nas orientações gerais traçadas pelo TCU. O mesmo racional se aplicará à outra dúvida da empresa e que trata do percentual mínimo de desconto (12,75%), tido como efetivo pedido de esclarecimento.

11. Ante todo o exposto, opinamos pelo não acolhimento da Impugnação apresentada pela empresa POTENCIAL ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA (doc. nº 3447361), mantendo-se, por consequência, as atuais condições do edital do Pregão Eletrônico 90006/2025 (doc. nº 3425319), tal qual originariamente expedido.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 18/08/2025, às 13:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3457377** e o código CRC **23D138CC**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

DECISÃO nº 3468046 / 2025 - PRE/DG/ASSED

1. Tramitam os autos para apreciação de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90006/2025, que tem por objeto a contratação de empresa de engenharia e/ou de arquitetura para prestação de serviços de manutenção preventiva (visita periódica), preditiva, corretiva (serviços eventuais) e pequenas reformas, com fornecimento de peças e materiais, nos sistemas, equipamentos e instalações dos Fóruns e Cartórios Eleitorais, bem como nos almoxarifados, arquivos, postos de atendimento, polos temporários e Central de Apoio Técnico - CAT 2, do interior do estado da Bahia.
2. A Pregoeira se manifestou em documentos n.ºs 3447362 e 3453657. Por sua vez, a SEAQUI e SEMAI acostaram informações em documentos n.ºs 3451605 e 3452161.
3. Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos - ASJUR1 se pronunciou mediante Parecer n.º 331, documento n.º 3457377.
4. Assim, lastreado no Parecer n.º 331/2025, da ASJUR1, cujo relatório e fundamentos passam a integrar a presente decisão, e, com base nas atribuições constantes do art. 143, VII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **julgo improcedente** a impugnação ao referido edital, formulada pela empresa **POTENCIAL ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA** (doc. n.º 3447361).
5. Encaminhe-se ao Núcleo de Pregoeiros - NUP, para as providências devidas, inclusive notificar a impugnante da decisão proferida, **prossequindo-se ao andamento da licitação, nos termos do edital publicado** (documento n.º 3425319).

RAIMUNDO VIEIRA
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 19/08/2025, às 10:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3468046** e o código CRC **B9EE6F24**.